O ESTADO ENQUANTO AGENTE REGULADOR DA ATIVIDADE ECONÔMICA: FINTECHS E REGULAÇÃO NO DIREITO COMPARADO

Larissa Aparecida Costa¹, Matheus Avansini da Silva²

¹Universidade de Marília, Mestranda, Marília, SP.

²Professor de Ensino Médio e Técnico na Escola Técnica Estadual (ETEC) - Professor Doutor Antônio Eufrásio de Toledo, Presidente Prudente, SP. E-mail: larissac.adv@gmail.com

RESUMO

Frente ao novo modelo de desenvolvimento econômico gerado pela globalização, acompanhamos nas últimas décadas o advento de empresas que aliam recursos tecnológicos a economia, criando opções aos serviços financeiros tradicionais, realizados em grande parte pelos bancos. A partir de uma análise jurídico-sociológica, por meio da abordagem científica delineada na teoria dos sistemas de Niklas Luhmann, e ainda por meio do método dedutivo e levantamento bibliográfico, o presente estudo, busca analisar os impactos gerados pelas fintechs no mercado econômico mundial, desnudando os desafios a serem superados a fim de consolidar um regramento seguro e adequado para a atuação dessas empresas, a partir do direito comparado.

Palavras-chave: Tecnologia. Serviços Financeiros. Fintechs. Regulação. Direito Comparado.

THE STATE AS AGENT REGULATOR OF THE ECONOMIC ACTIVITY: FINTECHS AND REGULATION IN THE COMPARATIVE LAW

ABSTRACT

In the face of the new model of economic development generated by globalization, we have been following in the last decades the advent of companies that combine technological resources with the economy, creating options for traditional financial services, largely made by banks. From a juridical-sociological analysis, through the scientific approach outlined in Niklas Luhmann's systems theory, and also through the deductive method and bibliographic survey, the present study seeks to analyze the impacts generated by fintechs in the world economic market, Undressing the challenges to be overcome in order to consolidate a safe and adequate regulation for the performance of these companies, based on comparative law.

Keywords: Technology. Financial services. Fintechs. Regulation. Comparative law

INTRODUÇÃO

Os avanços que acompanhamos nas últimas décadas no tocante a tecnologia proporcionaram novas interações no mercado econômico.

Dada à fenomenologia que a evolução tecnológica exerce sobre o conjunto social, e assim sobre o mercado econômico, a ciência do Direito não poderia permanecer alheia aos novos fenômenos que, apesar de recentes, já alteraram o paradigma do mercado econômico.

Na sociedade contemporânea, pautada, sobretudo pelas trocas comerciais inerente ao capitalismo, não se pode olvidar que o avanço tecnológico alterou o cenário social, sendo que os indivíduos executam grande parte de suas atividades diárias utilizando mecanismos digitais conectados a internet.

Assim, por meio de e-mails, aplicativos e smartphones, as pessoas se comunicam e exercem uma gama de ações, incluindo serviços financeiros e comerciais.

Nesse contexto, ganha espaço as empresas que aliam tecnologia aos serviços financeiros tradicionais, oportunizando aos clientes maior praticidade nas operações financeiras. Surgem então as startups especializadas em serviços financeiros, com agilidade e comodidade aos clientes, as denominadas fintechs.

É nesse contexto que reside a problemática relacionada a absorção de recursos tecnológicos no setor financeiro, indagamos, portanto, de que forma o Estado deve regular o setor, sem impedir o pleno desenvolvimento de tecnologias emergentes, que beneficiam o mercado e o consumidor?

A atuação das fintechs é um fenômeno mundial recente, e dessa forma, não há no atual momento regramentos claros e específicos para a sua atuação, nessa conjuntura, persiste a incerteza no tocante a regulamentação dessas empresas. Será que as soluções inovadoras trazidas pelas fintechs se enquadram nas atividades financeiras já regulamentadas pelo Estado, nos mesmos moldes que as instituições financeiras tradicionais? Ou diante desse panorama impõem-se a adoção de regramento específico? Por meio dessas indagações, a presente pesquisa pretende analisar o cenário atual, deliando algumas conclusões possíveis.

O objetivo do presente estudo foi, considerando a complexidade das relações sociais da pós-modernidade, sobretudo com a utilização da tecnologia nos serviços financeiros, apontar de forma breve, a concepção de fintechs no mercado econômico atual, assim como suas áreas de atuação e potencialidades de expansão, discutindo ainda sobre a regulamentação das atividades financeiras desenvolvidas pelas fintechs a partir de experiências no direito comparado.

METODOLOGIA

Por meio do método dedutivo e levantamento bibliográfico a presente pesquisa cuida de analisar a interação entre tecnologia e a atuação normativa no que tange a atuação das fintechs no mercado financeiro mundial. O sistema de referência adotado no presente estudo pauta-se na teoria dos sistemas de Niklas Luhmann, assim como nas contribuições de Zygmunt Bauman para examinar a idiossincrasia que retrata a sociedade contemporânea.

RESULTADOS

As premências e anseios dos indivíduos estão em constante mobilidade, e apresentam ampla variabilidade em razão de contextos políticos, econômicos, históricos e culturais que acompanham a evolução dos agrupamentos humanos.

Nesse contexto, imperioso analisar o impacto axiomático das vicissitudes provocadas pelo avanço tecnológico nas interações sociais, concebendo assim um ecossistema benfazejo a integração digital no cotidiano social.

Destarte, figura como função precípua analisar de que forma a ciência do Direito caminha para atender e regular as novas interações tecnológicas da era digital.

O processo de globalização atua de forma profunda nas relações sociais da pós-modernidade, já que por meio da tecnologia apresenta soluções inovadoras diante do novo contexto social, possibilitando além da comunicação global, ampla troca de serviços, mercadorias e produtos.

Sobre o tema, importante consideração de BAUMAN (1999, p.07):

A 'globalização' está na ordem do dia; uma palavra da moda que se transforma rapidamente em um lema, uma encantação mágica, uma senha capaz de abrir as portas de todos os mistérios presentes e futuros. Para alguns, 'globalização' é o que devemos fazer se quisermos ser felizes; para outros, é a causa da nossa infelicidade. Para todos, porém, 'globalização' é o destino irremediável do mundo, um processo irreversível; é também um

processo que nos afeta a todos na mesma medida e da mesma maneira. Estamos todos sendo 'globalizados' - e isso significa basicamente o mesmo para todos.

As transações econômicas, portanto, não se limitam a barreiras geográficas, mas devemos observar os regramentos aptos a conceder segurança aos envolvidos, e diminuir os riscos das transações comerciais que utilizam o emaranhado tecnológico disponível, conectando a mais variada gama de países do globo.

Os novos contornos das interações sociais características da pós-modernidade, sobretudo no que diz respeito à interação entre economia e tecnologia, gera um novo paradigma de consumo e interesses do consumidor digital, como reflexo do avanço da tecnologia e das telecomunicações.

A indústria financeira tem experimentado nas últimas décadas, forte influência da tecnológica nos seus serviços. A crescente interação social por meio das mídias sociais, a utilização de aplicativos e celulares para além da comunicação, atingindo inclusive pagamentos, transferências e atividades bancárias, transformou o consumidor de serviços bancários tradicionais em um consumidor digital, que exige mais opções para utilizar os serviços bancários.

Os avanços tecnológicos da pós-modernidade imprimiu as interações sociais dinamismo e fluidez, implicações que clamam por novas soluções às situações atuais da modernidade líquida, conforme assevera Bauman (2007, p.07):

[...] a passagem da fase "sólida" da modernidade para a "líquida" - ou seja, para uma condição em que as organizações sociais (estruturas que limitam as escolhas individuais, instituições que asseguram a repetição de rotinas, padrões de comportamento aceitável) não podem mais manter sua forma por muito tempo (nem se espera que o façam), pois se decompõem e se dissolvem mais rápido que o tempo que leva para moldá-las e, uma vez reorganizadas, para que se estabeleçam. É pouco provável que essas formas, quer já presentes ou apenas vislumbradas, tenham tempo suficiente para se estabelecer, e elas não podem servir como arcabouços de referência para as ações humanas, assim como para as estratégias existenciais a longo prazo, em razão de sua expectativa de vida curta: com efeito, uma expectativa mais curta que o tempo que leva para desenvolver uma estratégia coesa e consistente, e ainda mais curta que o necessário para a realização de um "projeto de vida" individual.

Da mesma forma, com a universalização das tecnologias, verificamos um acesso cada vez mais democrático à internet, proporcionando disseminação de conhecimento e informações, contexto essencial ao pleno exercício da cidadania.

Em razão dos interesses envolvidos, o setor financeiro brasileiro é um mercado altamente regulamentado, com a presença forte do Estado controlando a atuação das instituições financeiras, em defesa dos princípios que orientam a ordem econômica e o polo hipossuficiente da relação, que é o consumidor.

Em paralelo a essa discussão, há um fenômeno que se manifesta com muito vigor no mercado financeiro brasileiro, relacionado diretamente com o desenvolvimento de opções viáveis aos serviços financeiros tradicionais, são as fintechs, empresas que aliam tecnologia para atender de forma ampla as necessidades de seus clientes no mercado econômico, frente às lacunas que as instituições financeiras não preenchem.

Considerando a integração digital ao cotidiano das empresas e da sociedade como um todo, temos um ambiente propício para a atuação das startups de serviços financeiros online. Assim, as fintechs têm calçado espaço significativo na economia brasileira e mundial, apresentando desafios, sobretudo em relação à regulamentação compatível com sua natureza dinâmica.

DISCUSSÃO

Nos últimos anos, o Brasil tem se notabilizado no mercado internacional por desenvolver soluções inovadoras aos serviços financeiros tradicionais, atendendo o novo cenário social que contempla ampla gama recursos tecnológicos.

A disseminação de tecnologias digitais por meio da internet, está transformando a dinâmica das operações financeiras. Já acompanhamos a inserção de aplicativos de celulares de bancos, que possibilitam que o cliente acompanhe os dados da sua conta bancária, e ainda diversas ferramentas disponível por meio do Internet Banking, inclusive transferências bancárias, a fim de proporcionar segurança e conveniência aos clientes.

Entretanto, em que pese o esforço dos bancos em aliar a tecnologia aos serviços financeiros tradicionais, o ambiente resultante da crise econômica de 2008 propiciou o desenvolvimento de empresas especializadas em tecnologia financeira, que fazem de sua atividade primordial a união dos recursos tecnológicos, baixa burocracia e agilidade na execução de serviços financeiros.

Essas empresas são conhecidas como fintechs, denominação que resulta da junção dos termos em inglês “financial” (finanças) e “technology” (tecnologia). De acordo com o órgão regulador do mercado de capitais brasileiro (CVM)¹, podemos conceituar FinTechs da seguinte forma:

[...] A aplicação intensiva de novas tecnologia nos mercados, produtos ou serviços sob a jurisdição da CVM, incluindo, dentre outros, áreas relacionadas a plataformas de financiamento e à distribuição, negociação e pós-negociação de valores mobiliários, tais como: crowdfunding, digital securities, automated advice, distributed ledger technology e high-frequency trading.

O termo surgiu com maior ênfase no início da década de 1990, em relação ao “Services Technology Consortium”, um projeto iniciado pelo Citigroup para facilitar as transações por meio da tecnologia.

Importante destacar que a terminologia “fintech” representa uma ampla gama de serviços e produtos que em parte são tradicionalmente fornecidos pelo setor de serviços financeiros, como financiamentos, transferência de recursos, empréstimos peer-to-peer, de forma dinâmica e tecnológica, não se confundindo, portanto, com as atividades desempenhadas pelos bancos.

A ampla variedade de serviços que as fintechs oferecerem abrangem não apenas as pessoas jurídicas, mas também as pessoas físicas, que buscam soluções mais atraentes em sua gestão financeira, com destaque a redução de burocracia e a praticidade que os recursos tecnológicos oportunizam.

As mudanças provocadas pelo advento das fintechs geraram implicações significativas para a atuação das instituições financeiras.

As vantagens geradas pela atuação das fintechs, sobretudo no que diz respeito à conveniência, foi capaz de alterar o cenário de serviços financeiros mundiais, até então

¹ Definição inserida na Portaria CVM/PTE/Nº 105, de 07 de junho de 2016. Disponível em: <http://www.cvm.gov.br/export/sites/cvm/decisoes/anexos/2016/20160607/PORTARIA-105.pdf>. Acesso em 04.jun.2017.

amplamente dominado pelos bancos. Isso ocorreu, pois por meio das fintechs as empresas e as pessoas físicas encontram maiores facilidades em financiamentos com condições que se adequem às suas necessidades e interesses.

Nesse contexto, oportuno destacar o papel das fintechs no mercado econômico atual.

No Brasil, a partir de 2013, acompanhamos um crescimento vertiginoso nos investimentos em fintechs. Realidade que acompanha a tendência mundial, fato em grande parte atribuído a evolução tecnológica e a integração digital ao cotidiano das pessoas.²

Na América Latina, o Brasil desponta como o maior mercado de fintechs, com mais de 220 startups atuando em 16 segmentos do mercado financeiro, na frente do México que conta atualmente com cerca de 158 startups especializadas no mercado econômico, a Colômbia possui aproximadamente 77 fintechs, a Argentina tem 60 startups do setor financeiro e o Chile conta com 56 fintechs em seu território³.

Em que pese os inúmeros benefícios trazidos pelas fintechs, importante destacar um ponto que gera debates, em relação à segurança. Não há dúvida que com a utilização cada vez maior do Internet Banking, de site de transferências e com o aperfeiçoamento do comércio eletrônico, as plataformas digitais desenvolvidas devem atender questões de segurança.

A utilização da tecnologia na execução de serviços financeiros apresenta implicações profundas no tocante a cibersegurança, já que as fintechs devem prezar pela segurança das informações fornecidas online.

O novo paradigma da pós-modernidade, produz desafios tanto para os atores do mercado financeiro, como para os reguladores, em especial no que toca a harmonização dos potenciais benefícios da aplicação dos recursos tecnológicos no âmbito financeiro, e os inflexíveis regramentos já existentes em torno desse cenário.

A problemática reside em verificar quais as principais balizas legais que envolvem a atuação das fintechs, já que a rigor de acordo com a legislação brasileira estabelece que as atividades financeiras caracterizadas pela intermediação, coleta ou ainda a aplicação de recursos financeiros em moeda nacional ou estrangeira, constitui-se atividade exclusivamente reservada a instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central como entidades financeiras.

A China traz casos de regulamentação tardia⁴, com mais de 2000 plataformas de empréstimos P2P que operam sem normatização bem definida⁵, fato que não impede que milhões de consumidores utilizem essas plataformas, atraídos pela maior comodidade e custos mais baixos.

As fintechs emergiram na busca de soluções e caminhos possíveis diante da crise financeira no Ocidente, mas sua atuação na Ásia e na África, foram motivados sobretudo em razão da busca pelo desenvolvimento econômico.

² Disponível em: <http://pages.conexaofintech.com.br/report-fintech-brasil-trends-2017>. Acesso em 21 de julho de 2017.

³ Disponível em: <http://finnovation.com.br/radar-de-fintechs-no-brasil/>. Acesso em 16 de julho de 2017.

⁴ Em relação ao desenvolvimentos da tecnologia financeira na China maiores informações em: Weihuan Zhou, Douglas W. Arner & Ross P. Buckley, *Regulation of Digital Financial Services in China: Last Mover Advantage?* TSINGHUA CHINA LAW REVIEW 2015. Já em relação aos empréstimos P2P- Disponível em: Douglas W. Arner & Janos Barberis, *FinTech in China: From Shadow Banking to P2P Lending*, in BANKING BEYOND BANKS & MONEY. Acesso em 06 de julho de 2017.

⁵ Alguns autores arriscam dizer que os reguladores na China (como CBRC e PBOC) devem anunciar novas regras em torno da indústria P2P. Disponível em: https://papers.ssrn.com/sol3/papers.cfm?abstract_id=2676553. Acesso em 17 de julho de 2017.

Colloquium Socialis, Presidente Prudente, v. 01, n. Especial 2, Jul/Dez, 2017, p.345-353. DOI: 10.5747/cs.2017.v01.nesp2.s0159

Nesse contexto, a China⁶ coloca-se como um ambiente propício para o desenvolvimento das fintechs, como por exemplo o AliPay⁷, que realiza mais de um milhão de transações por dia, e exatamente pela ausência de submissão aos regulamentos específicos do sistema financeiro, não é um banco tradicional.

Com a tecnologia bem desenvolvida, a China dispõe de um terreno fértil para a expansão das fintechs, sendo que nos últimos três anos, houve 111 milhões de novos clientes de internet banking, o que indica um aumento de 19% nas novas contas bancárias pessoais e um aumento de 24% nos pagamentos on-line⁸ e ainda grandes startups de empréstimos P2P, como Lufax e Frenqile, que apresentam destaque na captação de recursos.

Em que pese a expansão das fintechs na China, sem dúvida o Reino Unido se destaca como um Innovation Hub fintech⁹, isso se deve em grande razão pela criação do sandbox¹⁰ das fintechs e do Innovation Financial Savings Account (IFISA)¹¹, iniciativas que pode fornecer aos reguladores indicadores seguros dos reais impactos das inovações tecnológicas no sistema financeiro.

Londres foi considerada como um hub fintech de maior sucesso da Europa no ano de 2015. Nesse novo seguimento se destacam como líderes de mercado, chamados de “unicórnios Fintech” os EUA e o Reino Unido, seguidos de fintechs escandinavas e holandesas.¹²

A atuação das fintechs na Alemanha¹³ tem calcado patamares significativos, chegando a disputar a liderança da inovação no setor fintech com o Reino Unido, trazendo como destaque as startups especializadas em serviços financeiros como o Fidor e o N26, dois dos mais modernos bancos digitais do mercado internacional.

A França¹⁴, buscando adaptar-se a expansão das fintechs criou um regime específico para atividades de crowdfunding em 2014 por meio do CIP (Consultor de Investimentos de Crowdfunding), buscando aplicar regulamentos mais brandos para atividades não bancárias.

Criando ainda em 2015 o France Fintech¹⁵, grupo projetado para reunir startups que utilizam modelos tecnológicos em suas atividades, com a troca de informações e consolidação de diálogo.

⁶ Leesa Shrader & Eric Duflos, *China: A New Paradigm in Branchless Banking*. Disponível em: http://www.cgap.org/sites/default/files/Working-Paper-China-A-New-Paradigm-in-Branchless-Banking-March-2014_0.pdf. Acesso em 06 de julho de 2017

⁷ O Alipay é considerado um crédito virtual, utilizado para compras no site chinês AliExpress. Disponível em: <http://hdl.handle.net/10251/53225>. Acesso em 20 julho. 17.

⁸ ACCENTURE, *A New Vision for the Digital Age*. Disponível em: http://www.accenture.com/t20150714T065456__w_/sk-en/_acnmedia/Accenture/Conversion-Assets/DotCom/Documents/Global/PDF/Strategy_6/Accenture-The-Everyday-Bank-A-New-Vision-for-the-Digital-Age.pdf. Acesso em 20 de jun de 2017.

⁹ Disponível em: <http://www.fca.org.uk/news/innovate-finance-global-summit>. Acesso em 20 de julho de 2017.

¹⁰ Esse ambiente pode ser visto como um ambiente livre de regulamentação onde as startups podem captar clientes e prover seus serviços enquanto os reguladores acompanham a atuação, avaliando os riscos e benefícios ao sistema financeiro e as determinações legislativas. Os participantes dessa “caixa de areia” recebem autorizações restritas para fornecer serviços financeiros, e assim permitem aos reguladores avaliar a execução e funcionamento no mercado. Disponível em: <https://www.fintechlawblog.com/2016/04/fintechs-get-ready-to-play-in-the-sandbox/>. Acesso em 19 de julho de 2017.

¹¹ O IFISA foi introduzido em Abril de 2016 e destina-se a abrigar novas formas de investimento que não são elegíveis para o ISA de caixa ou ações ISA. A decisão do governo de introduzir a IFISA segue um padrão crescente entre os investidores individuais do Reino Unido para implantar participações em investimentos de tipo crowdfunding, como os empréstimos Peer-to-Peer. Disponível em: <https://innovativefinance.org.uk/>. Acesso em 19 de julho de 2017.

¹² Chishti, Susanne e Barberis, Janos. *A Revolução FinTech: O Manual das Startups Financeiras*. Editora Alta Books. Rio de Janeiro. 2017, pg. 43.

¹³ Disponível em: <https://www.deutschland.de/pt/topic/economia/inovacao-tecnologia/novas-startups-alemas-3-fintechs#>. Acesso em 20 de julho de 2017.

¹⁴ Disponível em: http://www.amf-france.org/en_US/Acteurs-et-produits/Prestataires-financiers/Financementparticipatif-crowdfunding/cadre-reglementaire.html?langSwitch=true. Acesso em 19 de julho de 2017

Colloquium Socialis, Presidente Prudente, v. 01, n. Especial 2, Jul/Dez, 2017, p.345-353. DOI: 10.5747/cs.2017.v01.nesp2.s0159

Na mesma direção segue a Holanda, por meio da criação do Holland Fintech¹⁶ em 2014, visando construir um núcleo fintech em Amsterdã.

É inegável que a elaboração de marcos regulatórios aplicáveis as fintechs exigem uma postura ponderada, uma vez que o real impacto dos recursos tecnológicos no mercado financeiro são verificados apenas a médio e longo prazo, uma vez que os mesmos demandam certo tempo para adequar seu funcionamento ao mercado antes da intervenção regulatória.

Por meio da análise da conjuntura oferecida pela atuação inovadora das fintechs no mundo, verifica-se a incompatibilidade regulamentar nos panoramas normativos atuais, já que as soluções e benefícios trazidos pelas fintechs são anulados pelos marcos regulatórios existentes até o momento, impondo aos reguladores e atores do mercado financeiro exercício no sentido de delinear balizas legais adequadas ao novo panorama.

CONCLUSÃO

O Direito, enquanto conjunto de normas aptas a regular as interações humanas, imerso em um ambiente em crescente ganho de complexidade, próprio das sociedades pós-modernas, deve buscar a estabilização temporal de expectativas, isto é, a harmonização dos interesses envolvidos. No que diz respeito à regulação das fintechs não é diferente. A busca por uma normatização adequada a essa atuação emergente e dinâmica traz a tona reflexões profundas sobre a função normativa e a interação entre direito e economia.

Frente ao contexto político, econômico e social delineado nas linhas antecedentes que impulsionaram a expansão dos serviços e atividades das fintechs podemos aventar algumas inferências possíveis.

A rigidez das diretrizes normativas aplicadas às instituições financeiras tradicionais, não são compatíveis com o modelo inovador das fintechs. Dessa forma, a prudência recomenda que os reguladores acompanhem a utilização dos recursos tecnológicos no mercado financeiro e avaliem os riscos e vantagens para os atores envolvidos.

A regulamentação preventiva, não tem condão de acompanhar a velocidade dos avanços tecnológicos, resultando em um conjunto normativo que provavelmente estará desatualizado no momento em que entrar em vigor. Sendo assim, é importante promover discussões e consolidar o diálogo entre os diversos atores que compõem o sistema financeiro.

Diante dos avanços tecnológicos os reguladores devem enfrentar um ambiente dinâmico, que traz a baila discussões complexas no que tange a regulamentação das fintechs, em especial a definição do melhor momento para efetivar a regulamentação, assim como as preocupações do que efetivamente deve ser regulado, a fim de não impedir a expansão das fintechs.

Frente a esse panorama, parece ser necessário, portanto, para o desenvolvimento adequado das fintechs, a criação de um regramento que discipline adequadamente a atividade, e indique de forma clara os marcos regulatórios no que tange a segurança dos fluxos de capital, mecanismos de combate à lavagem de dinheiro e fraudes ao sistema financeiro e a cibersegurança.

Ante o exposto, inegável que diante do modelo de atuação, resultante da abrangência sistêmica das operações realizadas pelas fintechs, há que se delinear marcos regulatórios estáveis e adequados a conjuntura social e econômica que marca a pós-modernidade. Dessa forma, o desafio inapelável consiste em harmonizar a estrutura inflexível, característica do sistema normativo, e o panorama de inovação e dinamismo trazido pela atuação das fintechs, a fim de sustentar segurança e confiança dos atores do no mercado financeiro global.

¹⁵ Disponível em: www.francefintech.org/. Acesso em 18 de julho de 2017.

¹⁶ Disponível em: <https://hollandfintech.com/>. Acesso em 19 de julho de 2017

REFERÊNCIAS

Barbieri, J. C., Simantob, M. A., & Andreassi, T. A. Inovação em Serviços: Conceituação e Marco Teórico. In J. C. Barbieri & M. A. Simantob (Ed.). Organizações Inovadoras do Setor Financeiro (pp. 21-33). São Paulo: Saraiva, 2009.

BAUMAN, Zygmunt. Globalização. As consequências humanas. Tradução de Marcos Penchel. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editora, 1999.

_____. Tempos líquidos. Tradução: Carlos Alberto Medeiros. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed. 2007, p.09.

Bittencourt, G., Magalhães, R., & Abramovay, R. (2005, Novembro). Informação de crédito: um meio para ampliar o acesso dos mais pobres ao sistema financeiro. Pesquisa & Debate, 2005,p. 203-248. Disponível em: <https://revistas.pucsp.br/index.php/rpe/article/view/11882>. Acesso em 06 de jun de 2017.

Chishti, Susanne e Barberis, Janos. A Revolução FinTech: O Manual das Startups Financeiras. Editora Alta Books. Rio de Janeiro. 2017.

Claessens, S. Access to financial services: a review of the issues and public policy objectives. The World Bank Research Observer, 2006, p. 207-240. Disponível em: <https://elibrary.worldbank.org/doi/abs/10.1093/wbro/lkl004?journalCode=wbro>. Acesso em 06 de jun de 2017.

De Lucca, Newton. Simão Adalberto. Direito & Internet – Aspectos Jurídicos Relevantes. Editora Edipro. 2000.

Diniz, E. H., Pozzebon, M., & Jayo, M. Banking technology to scale microfinance: the case of banking correspondents in Brazil. International Conference on Information Systems. IEEE/ACIS ICIS, Paris, 2008. Disponível em: <http://aisel.aisnet.org/cgi/viewcontent.cgi?article=1073&context=icis2008>. Acesso em 07 de jun 2017.

ÉPOCA NEGÓCIOS. O fenômeno Fintech: a nova leva de startups que invadiu o sistema financeiro. Disponível em: <<http://epocanegocios.globo.com/Dinheiro/noticia/2016/01/o-fenomeno-fintech-nova-leva-de-startups-que-invadiram-o-sistema-financeiro.html>>. Acesso em: 03 jun. 2017.

FARIA, José Eduardo. O Direito na Economia globalizada. São Paulo: Malheiros, 1999.

GRAU, Eros Roberto. A ordem Econômica na Constituição de 1988: Interpretação e crítica. 14.ed.rev.e atual. São Paulo: Malheiros Editores, 2010.

Prahalad, C. K., & Hammond, A. Serving the world's poor, profitably. Harvard Business Review, 2002, p. 48-57. Disponível em: <https://www.ncbi.nlm.nih.gov/pubmed/12227146>. Acesso em 07 de jun 2017.

STRECK, Lênio Luiz. *Jurisdição Constitucional e Hermenêutica: Uma Nova Crítica do Direito*. Porto Alegre: Livraria do Advogado, 2002, p. 13-49.

Wyman, Oliver. *Corporação Interamericana de Investimentos. A Revolução Fintech. Como as inovações digitais estão impulsionando o financiamento às mpme na América Latina e Caribe*. Disponível em: http://cdn.iic.org/sites/default/files/documents/pub/pt/cii_-_oliver_wyman_-_a_revolucao_fintech_0.pdf. Acesso em 19 de jun de 2017.